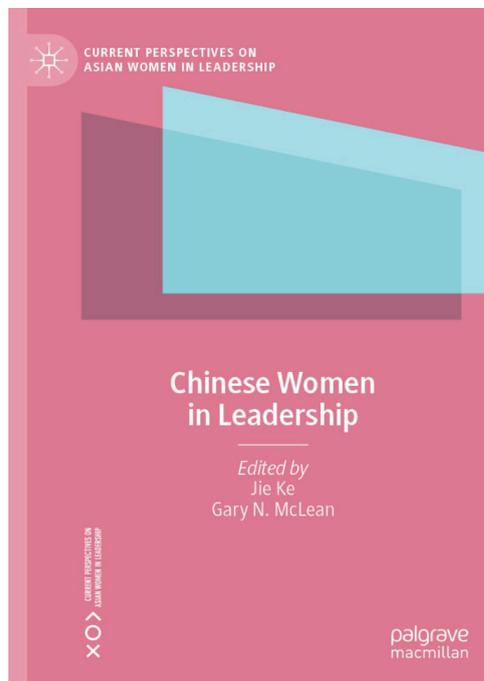




RESENHAS

Resenha:

KE, Jie; MCLEAN, Gary N (ed.). **Chinese Women in Leadership**. Londres: Palgrave Macmillan, 2023. 31



7 p. (Coleção Current Perspectives on Asian Women in Leadership).

Christiane dos Santos Luciano, *Universidade Federal de Santa Catarina*.

Miriam Pillar Grossi, *Universidade Federal de Santa Catarina*.



O livro *Chinese Women in Leadership*, editado por Jie Ke e Gary N. McLean, faz parte de uma série de sete livros chamada *Current Perspectives on Asian Women in Leadership*, que discute os desafios contemporâneos enfrentados pelas mulheres asiáticas em sua participação no ramo dos negócios e de liderança. Lançada pela editora Palgrave Macmillan em 2023, a publicação é composta por 12 capítulos escritos por acadêmicas situadas em universidades chinesas, japonesas, tailandesas e estadunidenses do campo dos Recursos Humanos.

Dentre os temas tratados pelas autoras do livro, Jie Ke e Judy Yi Sun, destacam-se o *gender gap* ainda existente na China, apresentando números que demonstram a subrepresentação das mulheres em espaços de tomada de decisão. As autoras chamam a atenção para a singularidade histórica, econômica e cultural da sociedade chinesa que não pode ser estudada por lentes ocidentais.

Essa consideração vai ao encontro de diversas perspectivas feministas contra-hegemônicas que reivindicam epistemologias que dêem conta de sua realidade cultural e nas quais a representação das mulheres seja feita a partir de seu próprio contexto. Nesse aspecto, a literatura feminista chinesa se localiza no bojo mais amplo do feminismo asiático (Caroline Ricca Lee; Gabriela Akemi Shimabuko; Laís Miwa Higa, 2018).

Dentre as pesquisas acadêmicas que tratam da China, Ke e Sun apontam para uma lacuna: o status contemporâneo das mulheres em posições de liderança, para o qual a publicação pretende contribuir. As autoras situam sua experiência como parte da geração transformada da China, aquela formada por pessoas que nasceram a partir dos anos 1970, quando o país se abria para ampliar suas relações comerciais com o Ocidente.

O conhecimento situado é também um pressuposto importante para as epistemologias feministas, que desafiam a pretensa neutralidade do conhecimento e o ponto de vista universal branco, masculino e cisheterocentrado (Yuderkys Espinosa Miñoso, 2019). Num país de história milenar como a China, saber de onde as autoras partem para realizar suas críticas é fundamental, já que o contexto econômico, cultural e político informa diretamente as opiniões expressas em seu texto.



Judy Yi Sun e Jane Yuting Zhuang, no capítulo *Family Role and Social Status*, reconhecem os avanços a partir do estabelecimento da República Popular da China em 1949, mas criticam os limites das políticas estabelecidas desde então pelo partido comunista, cujo foco principal foi o de incorporar as mulheres na força produtiva do país em condições mais igualitárias às dos homens, porém falhou em considerar o ponto de vista das mulheres nos processos de tomada de decisão.

As autoras relembram a Conferência de Pequim, em 1995, e as consequências que decorreram dela no âmbito das políticas para promover os direitos das mulheres na China. Criticam a forma como essas políticas sempre foram controladas pelo partido comunista e pela *All-China Women's Federation*, que não encaram com bons olhos a emergência de movimentos feministas autônomos, como no caso emblemático das Feminist Five, em 2015 (Leta Hong Fincher, 2018).

Jackie Jinfang Liu, no capítulo *Cultural Constraints and Opportunities*, alerta que crescimento econômico e igualdade de gênero¹ não são dois lados de uma mesma moeda, afirmação corroborada pelo fato de que a China tem decrescido nos rankings de igualdade de gênero, participação econômica e oportunidades para as mulheres, empoderamento político e saúde e sobrevivência feminina desde 2006. A autora também denuncia a política de setores governamentais como a *All-China Women's Federation* e o Ministério da Educação de classificarem as mulheres que permanecem solteiras acima dos 27 anos como *leftover women*, ou “mulheres resto” em tradução livre.

Liu expõe práticas de exclusão das mulheres no mercado de trabalho, citando casos de empresas que divulgam preferência por trabalhadores do sexo masculino para vagas de emprego ou que, ao selecionar mulheres, as classificam de acordo com padrões estéticos ou privilegiam aquelas que são casadas e com filhos para evitar que façam uso do direito à licença-maternidade. Muitos desses retrocessos que a autora denomina *backlash*, termo já consolidado na literatura feminista (Susan Faludi, 2001), são atribuídos ao processo de reformas econômicas e abertura política realizada sob a direção de Deng Xiaoping a partir de 1978, quando as políticas direcionadas à igualdade de gênero da era de Mao Tsé-Tung foram modificadas.

¹ Compreende-se o conceito de igualdade de gênero a partir da discussão de igualdade substantiva proposta pelo filósofo húngaro István Mészáros (2015). Trata-se, portanto, de alcançar um status de igualdade real que supere a formalidade estabelecida no âmbito legislativo e jurídico em um mundo em que as relações materiais ainda sustentam desigualdades de classe, gênero e raça.



Jia Wang, no capítulo *Policies and Legislation*, demonstra que as prioridades do governo chinês para alcançar a igualdade de gênero têm sido medidas econômicas, como a erradicação da pobreza extrema entre mulheres nas zonas rurais e urbanas e demográficas, como a proibição de abortos baseados no sexo do feto. Ao mesmo tempo, a autora cita o processo de mudança no status social das mulheres ao longo dos 5 mil anos de história da China, passando de uma sociedade matriarcal para o estabelecimento de uma cultura patriarcal que ainda não tem recebido suficiente atenção por parte dos dirigentes políticos do país.

Dentre as legislações e políticas que forneceram a base dos direitos das mulheres na China, encontram-se a Constituição(1954), a Lei de Proteção aos Direitos e Interesses das Mulheres(1992) e o Programa Nacional para o Desenvolvimento das Mulheres, iniciado em 1995. As legislações específicas que tratam totalmente ou parcialmente da igualdade de gênero compreendem a Lei do Casamento (1950), a Lei Trabalhista (1994), a Lei sobre População e Planejamento Familiar (2001), a Lei de Promoção de Empregos (2007), a Lei de Seguridade Social (2010) e a Lei de Combate à Violência Doméstica (2015) (Wang, 2023).

Wang identifica uma contradição no tema da igualdade de gênero na China: apesar dos esforços legislativos do governo para promover os direitos das mulheres e melhorar suas condições de vida, ainda opera fortemente a crença cultural de que as mulheres devem se ocupar mais do trabalho doméstico do que os homens.

Outro contrassenso identificado por Wang diz respeito ao fato de que a China avançou mais significativamente nos direitos das mulheres no período em que ainda era uma economia em desenvolvimento. No século 21, o país se tornou a segunda maior potência mundial ao mesmo tempo em que decresceu nos rankings internacionais de igualdade de gênero. A hipótese de Wang para explicar essa anomalia reside na persistência de elementos patriarcais na cultura chinesa.

Outro debate que Wang levanta se refere ao foco que o governo chinês dá à família tradicional e cisheteronormativa. Duas iniciativas desenvolvidas nos últimos dez anos exemplificam essa centralidade: as campanhas *Procurando pela família mais bonita* (2015) e *Bem-estar e felicidade familiar* (2019). O investimento despendido para reforçar os laços familiares como estratégia de harmonia social acabam por fortalecer a discriminação das mulheres e pressioná-las a desenvolver o papel tradicional de esposas e mães, ao mesmo tempo em que concorrem



desigualmente com os homens por trabalhos numa economia cada vez mais competitiva.

Xiaoping Tong e Anne Namatsi Lutomia, no capítulo *Educational Opportunities*, traçam as oportunidades educacionais oferecidas às mulheres chinesas ao longo da história, desde a China feudal, passando pela República da China, posteriormente a República Popular da China, a Revolução Cultural e finalmente o período de abertura e reformas que segue até o presente. As autoras destacam a centralidade do Confucionismo para o estabelecimento das políticas educacionais no país.

Na mesma direção, Ying Feng e Bo Fang, no capítulo *Women Leaders in the Education Sector*, recuperam a memória de mulheres que se destacaram no âmbito educacional na época da China antiga em que as mulheres não tinham acesso à educação em condições de igualdade com os homens. Dentre essas figuras, destacam-se Ban Zhao, a primeira mulher historiadora da China, cuja principal contribuição foi a historiografia oficial da dinastia Han e Li Qingzhao, conhecida como a maior poetisa da história chinesa.

As autoras também destacam o papel das mulheres na resistência à ocupação japonesa (1937-1945), especialmente Wu Yifang, primeira mulher presidente da Ginling Women's College, que transformou o campus em um abrigo para proteger mais de dez mil mulheres e crianças chinesas contra as violências dos soldados japoneses.

Kai-wen Hsieh e Lianjuan Wang, no capítulo *Women Entrepreneurs in the Business Sector*, focam seus estudos nas repercussões do período de abertura da China para o mercado internacional para o crescimento econômico das mulheres no âmbito do empreendedorismo. As autoras destacam a política do filho único, em vigor no país entre 1980 e 2015, como fator fundamental para o desenvolvimento das mulheres no setor empresarial. Além disso, um fator cultural é fundamental para o sucesso econômico das mulheres: o apoio dos avós na criação dos netos e no impulsionamento dos negócios familiares chefiados por mulheres.

Taylor Jing Tian e Jessica Li, no capítulo *Women's Participation in the Government Sector*, analisam a participação das mulheres no setor governamental, resgatando o processo pelo qual as reivindicações feministas foram introduzidas na República da China através de influências ocidentais no período do movimento Quatro de Maio. Apesar dos avanços constatados pelas autoras no âmbito da participação política



das mulheres desde a China imperial, ainda persiste a dificuldade de alcançar os mais altos escalões de poder no país, como o Comitê Central do Partido Comunista e o Conselho de Estado. Além disso, Tian e Li discutem os desafios que os estereótipos de gênero impõem às mulheres que conseguem atingir posições de liderança no governo.

Yuanlu Niu e Cynthia Sims, no capítulo *Women Leaders in the Non-Governmental Organization (NGO) Sector*, problematizam a forma como gênero e idade se interseccionam para criar barreiras para a ascensão das mulheres em posições de liderança. Porém, um dos elementos que as autoras mencionam como desvantagem é a diferença de idade entre homens e mulheres para a aposentadoria compulsória no serviço público. Apesar de compreender seu argumento, vejo a aposentadoria como um direito social, já que as mulheres em geral se ocupam mais do trabalho doméstico e não são remuneradas por isso. Niu e Sims conduziram uma série de entrevistas com mulheres em posição de liderança em Organizações Não-Governamentais chinesas a fim de compreender os desafios que elas enfrentavam como líderes e se recebiam suporte para desenvolver sua liderança.

Xue Yang Coleman e Jessica Li, no capítulo *China in an Asian Context*, comparam o status das mulheres em posição de liderança na China com os demais países do leste e do sul asiático. Jie Ke e Millard J. Bingham, por sua vez, no capítulo *China in a Non-Asian Context*, realizam a mesma comparação com países ocidentais, dentre eles o Brasil, agrupando-os nos seguintes tópicos: a) participação econômica; b) grau de instrução; c) saúde e sobrevivência; d) empoderamento político. As autoras falham, entretanto, em articular determinações de classe, raça-etnia e sexualidade ao analisar os dados. Não se pode afirmar se essa lacuna consiste apenas na análise por elas realizada ou se reside nos próprios dados utilizados.

De toda forma, a perspectiva interseccional já demonstrou que a igualdade de gênero não pode ser estudada de forma isolada, sem que se considerem seus entrecruzamentos de raça, etnia, sexualidade, geração, deficiência etc. Quando se fala em saúde e sobrevivência, por exemplo, países fundados historicamente na desigualdade racial como o Brasil e os Estados Unidos certamente apresentam diferenças nesses índices a depender da raça-etnia dos homens e mulheres pesquisados. Outro ponto de crítica à obra reside no fato de que o conceito de mulheres não explicita a inclusão de pessoas trans. Assim, não é possível ter certeza se os dados e as análises apresentadas se referem apenas a mulheres cis.



Apesar dessa lacuna, é interessante notar que os diferentes capítulos, uma vez que são escritos por distintas autoras, apresentam divergências em relação a temas como as consequências positivas ou negativas da política do filho único para a igualdade de gênero e para o status das mulheres na China. Essa é uma característica que permite às leitoras aceitarem os pontos de vista e terem uma visão menos homogênea e estereotipada da sociedade chinesa.

A leitura de *Chinese Women in Leadership* pode auxiliar pesquisadoras interessadas em compreender as relações de gênero na China contemporânea, bem como as lutas dos movimentos feministas na particularidade do contexto asiático. O livro serve ainda como uma introdução sobre a cultura e história chinesa numa perspectiva de gênero, referenciando diversos estudos e pesquisas que possibilitam compreender de forma mais aprofundada a riqueza de uma sociedade milenar, cuja representação na cultura ocidental ainda é carregada de racismo e xenofobia (Lee; Shimabuko; Higa, 2018).

Do ponto de vista das epistemologias feministas, o livro contribui para a ampliação de conceitos que são centrais para os debates atuais no campo dos estudos de gênero e sexualidades, como pós-feminismo e *backlash*, interseccionalidade, empoderamento, masculinidades, divisão sexual do trabalho e patriarcado.

Referências

FALUDI, Susan. **Backlash**: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. 458 p.

FINCHER, Leta Hong. **Betraying Big Brother**. Nova Iorque: Verso, 2018. 242 p.

KE, Jie; MCLEAN, Gary N (ed.). **Chinese Women in Leadership**. Londres: Palgrave Macmillan, 2023. 317 p. (Coleção Current Perspectives on Asian Women in Leadership).



LEE, Caroline Ricca; SHIMABUKO, Gabriela Akemi; HIGA, Laís Miwa. Feminismo Asiático. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.325-342.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2015.

MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. Hacer genealogía de la experiencia: el método hacia una crítica a la colonialidad de la razón feminista desde la experiencia histórica en América Latina. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, pp. 2007-2032, jul-set. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/43881>. Acesso em 22 out. 2021.

Christiane dos SANTOS LUCIANO

Christiane dos Santos Luciano é assistente social, graduada e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutoranda em Estudos de Gênero e Sexualidades no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC). Membro do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC). Membro do Grupo de Estudos Asiáticos (GEA), vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais.

*Recebido em: 31/12/2024
Aprovado em: 05/01/2025*